

## **Abordagens teóricas de métodos regionais na perspectiva da dialética: a totalidade socioespacial e a lei da interpenetração dos contrários**

**Theoretical approaches of regional methods in the perspective of dialectics: the  
totality and the law of the interpenetration of opposites**

Raquel Augusta Melilo Carrieri  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
raquelmelilo.ead@gmail.com

Valéria de Oliveira Roque Ascenção  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
valeriaroque@gmail.com

### **RESUMO**

É apresentada, neste artigo, parte das primeiras análises da revisão bibliográfica que compõe uma pesquisa de doutoramento. Esta pesquisa tem como um dos objetivos, e procedimentos, analisar as possibilidades da abordagem de regionalização na geografia escolar que permitam o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Por isso, justifica-se o enfoque sobre método regional. Apresenta-se, neste artigo, a investigação do método regional nas correntes de pensamento associadas à geografia crítica. Os dois métodos regionais que serão apresentados, e contrastados, foram defendidos por Aluizio Duarte e Roberto Lobato Correia. O primeiro geógrafo advoga a aplicação do conceito de totalidade como suporte de análise e divisão regional. Já Roberto Lobato Correia defende a aplicação de uma das leis da dialética no processo de divisão regional: a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Apesar das diferenças, os dois autores atribuem as mudanças na estrutura dos espaços às forças do capital internacional. Não há, entre essas e diversas outras opções teóricas, um método acabado e mais correto. Há aquele que se adequará, em termos de linguagem e conteúdo, às questões de pesquisa.

**Palavras-chave:** método regional, geografia crítica, ensino de Geografia.

### **ABSTRACT**

In this paper, part of the first compilation resulting from the bibliographic review that makes up a doctoral research is presented. This research has as one of the objectives, and procedures, to analyze the possibilities of the regionalization approach in school geography that allow the development of “raciocínio geográfico”. For this reason, the bibliographic review on the regional method is justified. This article presents the investigation of the regional method in the currents of thought associated with critical geography. The two regional methods that will be presented, and contrasted, were defended by Aluizio Duarte and Roberto Lobato Correia. The first geographer defends the application of the concept of totality as a support for analysis and regional division. Roberto Lobato Correia, on the other hand, defends the application of one of the laws of dialectics in the process of regional division: the law of uneven and combined development. Despite the differences, the two authors attribute the changes in the structure of spaces to the forces of international capital. There is, among these and several other theoretical options, a finished and more correct method. There is one that will adapt, in terms of language and content, to research questions.

**Keywords:** regional method, critical geography, geography teaching.

## **Introdução**

Para a maioria dos geógrafos da atualidade, já não faz mais sentido defender a região como uma entidade real. Neste artigo, no entanto, decide-se resgatar brevemente as discussões acerca da natureza filosófica e epistemológica do conceito de região antes de se introduzir perspectivas concernentes ao método regional. De acordo com Grigg (1973), dos que acreditavam que a região era uma entidade real, os defensores principais foram os geógrafos russos e da Europa Oriental. Para estes, a ideia da região como um artifício ou método é caracterizada como subjetiva e ocidental.

Ainda assim, para Grigg, é um engano considerar que as opiniões acerca da natureza do conceito de região sejam enquadradas na dicotomia leste/oeste e capitalismo/socialismo:

“sem dúvida, há geógrafos nos países socialistas que favorecem a opinião de que a região é um artifício em vez de uma entidade, e da mesma forma muitos geógrafos do ocidente ainda tendem a considerar as regiões em algum sentido como entidades em vez de simples resultado de um método de classificação de áreas.” (GRIGG, 1973, p.12)

David Grigg tem uma fala que é marcada no tempo. O contexto de sua escrita é outro. O mundo da Guerra Fria dividiu visões de mundo e de abordagens científicas. Mas a contraposição entre o conceito como algo dado a priori e o conceito como uma criação intelectual não representa somente o antagonismo da ordem mundial bipolar. Ao longo do desenvolvimento da Geografia como ciência, a região aparecia ora com um “sistema” natural de existência independente, ora como resultado de um método ou análise científica.

Para identificar a gênese e o desenvolvimento do conceito de região para Geografia é comum que se analise as escolas de pensamento geográfico e o desenvolvimento dos estudos regionais dentro de cada uma delas. Esse artigo é parte de uma pesquisa de doutoramento e ele visa apresentar algumas leituras sobre o método regional nas correntes de pensamento associadas à Geografia Crítica. Assume-se, portanto, que o conceito de região aparece como resposta a uma intencionalidade analítica, fruto da aplicação de algum método. Os dois métodos regionais que serão apresentados, e contrastados, foram defendidos (mas não necessariamente criados) por Aluizio Duarte e Roberto Lobato Correia. O primeiro geógrafo defende a aplicação do conceito de totalidade como suporte de análise e divisão regional. Já Roberto Lobato Correia

defende a aplicação de uma lei das leis da dialética no processo de divisão regional: a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

### **Existe um método regional?**

Roberto Lobato Correa (1986) defende a ideia de que a história do pensamento geográfico pode ser entendida por meio das suas escolas de pensamento, as quais ele também chama de paradigmas, e dos métodos empregados. Os métodos são apropriados de outras ciências e, entre eles, destacam-se o positivismo e o materialismo histórico-dialético.

Depois de analisar o desenvolvimento da Geografia, e sua consolidação como ciência depois de La Blache, Correa (1986) nos apresenta o método regional como um paradigma que se opunha ao determinismo e possibilismo:

“o método regional consiste no terceiro paradigma da geografia, opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre homem e natureza, mas sim da integração os fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou paisagem regional, mas sua diferenciação de *per si* como objeto da Geografia” (CORREA, 1986, p.7).

Embora o método regional seja, para Correa (1986), um paradigma que se contrapõe ao determinismo e possibilismo, ele não tem um marco histórico definido, assim como nenhum dos demais paradigmas o tem. Ou seja, o método regional era empregado antes mesmo que da própria consolidação da Geografia. O filósofo Kant e o geógrafo Carl Ritter, respectivamente no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, já aplicavam métodos regionais nos seus estudos, de acordo com Correa (1986).

Ainda de acordo com Correa (1986), a Geografia do final do século XIX e início do século XX vivenciava a disputa entre as correntes determinística e possibilística não valorizando o método regional. Apenas a partir dos anos 1940, com destaque para os Estados Unidos, a tradição dos estudos regionais volta à pauta e tem como principal nome o geógrafo Hartshorne.

Para Hartshorne (1978), a especificidade da Geografia, enquanto ciência, reside no método que busca as diferenciações de área, que resultam de uma integração única de fenômenos heterogêneos. Como o termo “diferenciação de área” gera ambiguidades,

Hartshorne (1978) concluíra que, para evitar incompreensões, tornar-se-ia mais adequado substituir o termo diferenças por variações. Nesse sentido, a Geografia teria “(...) por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra” (Hartshorne, 1978, p. 22). A noção de diferenciação de áreas seria, portanto, uma referência conceitual para o geógrafo lidar com esse caráter variável da superfície.

Parte das reflexões sobre o método regional vão repercutir nas discussões sobre a Geografia que estava sendo construída no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Destaca-se, neste artigo, duas contribuições do pensamento crítico sobre o método regional.

### **A região na Geografia Crítica e o método regional**

A partir da segunda metade da década de 1960, verifica-se nos países de capitalismo avançado o agravamento das tensões sociais, originado de processos inerentes ao próprio modo de produção capitalista. Nesse contexto, uma geografia crítica começa a se esboçar, reelaborando métodos e formas de enxergar a organização social. Essa geografia crítica consegue reunir teóricos de outros paradigmas, como David Harvey e Yves Lacoste, herdeiros do paradigma positivista e determinista.

Para Correa (1986), a geografia crítica no Brasil é influenciada por um evento: o 3º Encontro Nacional dos Geógrafos, realizado em 1978, em Fortaleza. Mas onde quer que esteja a gênese do movimento que faz surgir uma geografia pautada no materialismo histórico e na dialética, o importante é saber que se fortalece um outro jeito de fazer e pensar geografia.

O tema região, como não poderia deixar de ser, é retomado pela geografia crítica. De maneira geral, guardada as especificações e linhas de pesquisa de cada autor, o conceito de região para geografia crítica é trabalhado numa articulação com os modos de produção. Nesse sentido, avolumam-se trabalhos focalizados em análises econômicas que tentam entender as mudanças espaciais associadas à expansão do capitalismo financeiro. Como essas mudanças aceleram-se no pós-guerra, em função da maior fluidez adquirida pelo capital, parece cada vez mais difícil diferenciar espaços tendo como base o conceito de região. Por isso alguns geógrafos críticos, como Yves Lacoste (1988), vão anunciar a região como um conceito obstáculo.

## **A região é um conceito obstáculo?**

Ruy Moreira é um dos geógrafos que defende que o conceito de região não dá conta de explicar a organização do espaço na atualidade. Para Ruy Moreira (2007), as formas geográficas da sociedade mudam substancialmente após a Primeira Revolução Industrial já que o processo produtivo impunha uma uniformização das áreas. Com a Segunda Revolução Industrial, esse processo torna-se global e “os meios de transporte e comunicação e poder de intervenção técnica da humanidade sobre os meios ambientes passavam a se alicerçar na tecnologia da segunda revolução industrial” (MOREIRA, 2007, p. 2). De acordo com o autor, o pós-guerra imprimiu aos geógrafos uma sensação de imobilidade espacial. Em função disso, o entendimento da região como

[...] a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos. O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade. (MOREIRA, 2007, p. 2)

Para Ruy Moreira, a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenciações regionais e a região é “cada vez menos a forma chave da arrumação dos espaços reais” (MOREIRA, 2007, p. 3). Com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), tem lugar a mudança associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação.

Como um dos expoentes da Geografia Crítica, Milton Santos também apresentou estudos que revisitaram e questionaram a atualidade do conceito de região. No livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*, escrito em 1988 e com última edição datada de 1997, parece haver uma tendência ao abandono do conceito de região. Isso porque, dos muitos enfoques associados ao conceito de região, Milton Santos advogou a ideia de que as regiões eram tratadas como espaços autossuficientes, que podiam revelar as especificidades locais e permitir análises isoladas do mundo. Mas a mundialização dos espaços impôs uma dinâmica que dificultou a realização de estudos isolados. Dessa maneira, nos novos estudos regionais:

“[...] se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno” (SANTOS, 1997, p. 17)

Nessa passagem, Milton Santos parece subverter a concepção de região enquanto categoria que busca a individualização e a síntese para lhe atribuir um valor nos estudos que lidam com a totalidade do espaço. Na análise das relações espaciais atuais, deve-se “apreender objetos e relações com um todo, e só assim estaremos perto de sermos holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade.” (SANTOS, 1997, p. 21).

No livro *Metamorfose do Espaço Habitado* parece, portanto, que a região deveria adquirir um outro caráter, de apreensão da totalidade. Mas isso não significa o abandono da categoria região.

Por sorte, Milton Santos elucida essa questão anos mais tarde, no livro “*A Natureza do Espaço*” (2002). Ele cria um item só para discorrer sobre a universalidade atual do fenômeno regional e explica que da mesma maneira que já houve um movimento que apregoeou o fim do território, inclui-se também a negação da região. Mas para Santos “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”. (SANTOS, 2002, p.246). Muito embora a velocidade das transformações mundiais fez com que a configuração regional do passado desmoronasse, isso não significa que a categoria deva ser abandonada: “as regiões são o suporte a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 2002, p.246).

Dessa maneira, Milton Santos defende que os geógrafos se acostumaram com a ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. No mundo globalizado acelera-se o movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Isso, no entanto, não descaracteriza as regiões. As regiões não são definidas como tal em função de sua forma e conteúdo. O que faz a região “não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial”. (SANTOS, 2002, p.247).

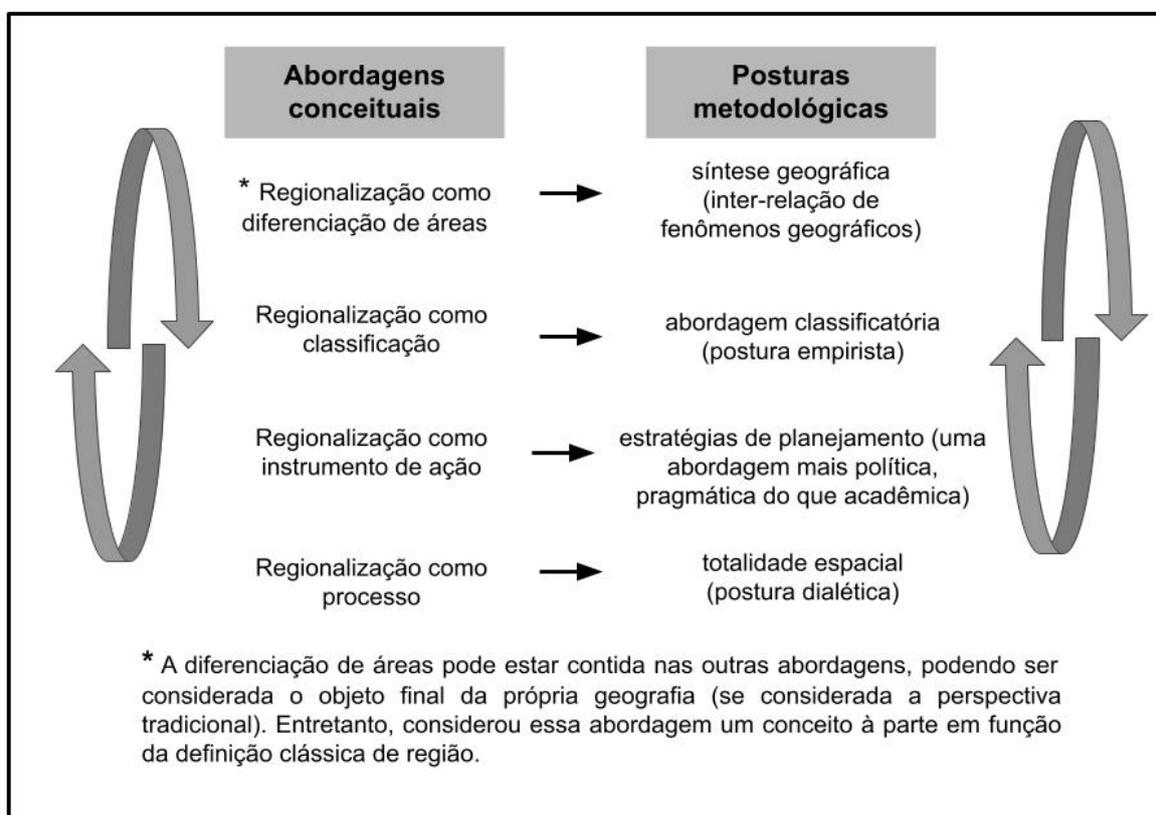
Aluizio Duarte (1988) também analisa o conceito de região à luz do materialismo histórico e da dialética marxista. A perspectiva adotada pelo autor apoia-se,

metodologicamente, na totalidade espacial, em uma abordagem que entende espaço como um produto da sociedade, por isso analisado segundo os processos que a constituem.

### A regionalização como processo

Ao analisar as diferentes abordagens conceituais e os diferentes métodos de investigação de região, Aluízio Duarte (1980) produziu a seguinte sistematização:

**Figura 1:** Sistematização abordagens conceituais e posturas metodológicas – Duarte (1980)



Fonte: DUARTE (1980). Elaborado pelos autores.

As abordagens conceituais não são únicas ou excludentes. Dessa maneira, essa sistematização proposta por Duarte não tem como objetivo sintetizar as principais contribuições dos autores que teorizaram a região. Além disso, as abordagens conceituais podem se relacionar e mesclar mais de um tipo de postura metodológica. Outra observação que cabe destacar é que,

para Duarte (1980) as perspectivas que entendem a região como método de análise do espaço preocupam-se mais como os métodos de operacionalização do espaço com fins de planejamento territorial. Não são, portanto, métodos necessariamente científicos.

Como é o objetivo desse artigo discorrer sobre métodos na abordagem dialética, nosso foco será a abordagem conceitual que lê a regionalização como processo. Essa abordagem está relacionada, para Duarte (1980), ao entendimento de espaço como um produto da sociedade, sobre o qual emergem dois conceitos: o de modo de produção e o de formação social. Dessa forma, a regionalização como um processo está relacionada à totalidade social.

Dito de outra forma, a conceitualização de regionalização como um processo leva à noção de integração espacial, como resultante do desenvolvimento econômico das sociedades ao redor do globo. E da “integração espacial evolui-se para conceituar o espaço como uma totalidade” (Duarte, 1980, p. 7). Nesse sentido:

“As regiões passam a ser consideradas como unidades espaciais em diferentes níveis de desenvolvimento, ou modernização, que se relacionam entre si, dentro de uma organicidade global. A relações entre as regiões que expressam o nível ou estágio do processo de desenvolvimento são consideradas como o fenômeno mais importante na regionalização” (DUARTE, 1980, p. 7)

Aluízio Duarte empreendeu outras análises sobre unidades espaciais concretas para defender a aplicação do conceito de totalidade. Dessa maneira, a região passou a ser tratada como uma formação social específica, constituindo uma totalidade social em si mesma. Com essa definição:

“[...] pretendia-se ir além da simples identificação da dimensão espacial das especificidades da estrutura econômica em uma formação social. A identificação de uma região não estaria ligada apenas à divisão territorial do trabalho, ou ao desenvolvimento desigual das forças produtivas.” (DUARTE, 1988, p. 99)

Essa noção de totalidade parte da observação de que nas formações sociais existem contradições e interesses antagônicos, que não se dão somente entre as classes sociais. As contradições das relações podem ocorrer entre ramos da economia e até entre segmentos da classe dominante. Considera-se assim “que a sociedade de uma formação social não tem interesses comuns, quando se analisa e particulariza seu desdobramento espacial.” (Duarte, 1988, p. 99). O capital, ao viabilizar sua produção em seu processo hegemônico, pode ir de

encontro com os interesses da classe dominante em diferentes espaços de formação social. Esta situação força a reação de outros setores mobilizando a sociedade local como um todo. Esta mobilização, e as forças e elementos que a regem, podem formar um bloco de resistência. E o bloco de resistência pode ser conceituado, segundo Duarte (1988), como um bloco regional.

A abordagem metodológica que permite esse tipo de elaboração teórica caracteriza-se pela identificação das inter-relações que definirão a estrutura de uma determinada realidade. Algumas dessas relações serão determinantes na análise e possibilitarão que se defina as especificidades sociais do espaço geográfico que será definido como regional. Essa postura implica que

“não se terá para análise um espaço concreto pré-delimitado como região, isto é, o universo regional como pesquisa, mas um território que é uma realidade objetiva que será analisada segundo o conceito de totalidade e identificar-se-á, nele, uma região ou não.” (DUARTE, 1988, p. 99)

Nessa abordagem metodológica não se parte da região como recorte espacial de estudo. Chega-se à região utilizando conceitos do materialismo histórico para subdividir uma totalidade espacial.

### **O conceito de totalidade**

Tanto no entendimento de Aluizio Duarte (1980, 1988) e de Milton Santos (2008), a totalidade é considerada uma realidade concreta e estruturada. Esse entendimento, no entanto, não livra o conceito de totalidade de confusões. De acordo com Milton Santos (2008), a totalidade parte de uma busca de “reunir todos os elementos que definem uma região, ou um país, e de alinhar todos os fatores possíveis de uma dada situação local. Esse enfoque abre espaço para uma maré de ambiguidades” (SANTOS, 2008, p. 113). Por isso, Aluizio Duarte (1988) defende que a identificação de determinada realidade, sob a perspectiva da totalidade, deverá identificar determinações mais ricas e mais complexas e, portanto, mais concretas e passíveis de serem analisadas.

A noção de totalidade defendida por Duarte (1988) é inteiramente oposta àquela que considera o todo como constituinte de partes, mesmo que estas tenham relações entre si. O conceito de totalidade está

“relacionado a uma visão global da realidade social, historicamente determinada, numa relação concreta de determinações (não-causalidades), estruturada (relação entre forma e conteúdo), em transformação (mudança de estrutura) e, sobretudo, em que se privilegia a contradição e não a diferença do todo social.” (DUARTE, 1988, p. 100).

Para se chegar a essa realidade como totalidade concreta o fio condutor, segundo Duarte (1988), é considerar que a totalidade social é a inter-relação de três níveis ou instâncias da sociedade:

- Econômico – estrutura econômica e as relações entre as classes sociais
- Político – as instituições, o aparelho do Estado e a sociedade civil
- Ideológico – os aparelhos ideológicos e o discurso social

Esses três níveis precisam ser analisados para que se identifique quais as inter-relações que são as determinações que definem a estrutura social de determinada realidade. A análise desta estrutura social, num determinado espaço, ao longo do tempo, é o que permitirá identificar se um espaço geográfico pode ser considerado um espaço regional.

### **Lei do desenvolvimento desigual e combinado e o processo de regionalização**

Sintetizando as considerações de Duarte (1988), entendeu-se que a identificação de um espaço regional depende de determinações que expressem um movimento de resistência ao capital hegemônico. Essas determinações conformariam a estrutura espacial (forma e conteúdo) de tal maneira que seria possível a delimitação de um bloco regional. Então, se não existir um movimento de resistência, então não existe região.

Essa conceituação, para Correa (1986), tem o defeito de considerar região apenas os espaços influenciados, e alterados, pelo capitalismo monopolista. Dessa maneira, num contexto em que o capitalismo monopolista tende a desaparecer, a região também desapareceria. Correa (1986) acredita que:

“adotando-se esta visão, perde-se-ia um conceito que tem a vantagem de permitir que nos localizemos nos diferentes níveis em que a superfície da Terra pode ser dividida. E, sobretudo, achamos que qualquer conceito pode ser repensado. No caso, sem que se perca sua aplicabilidade universal” (CORREA, 1986, p. 23).

Para Correa (1986), uma tentativa de inserir o conceito de região num quadro teórico mais amplo seria a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, adaptado de Trotsky.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa uma das leis da dialética: a da interpenetração dos contrários. De maneira resumida esta lei no diz que cada aspecto da realidade é constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, mesmo que sejam diferentes e opostos. Para Correa (1986), esta lei tem uma dimensão espacial, que se verifica através do processo de diferenciação de áreas, ou seja, de regionalização.

Neste caso, a região seria um dado concreto, ou seja, resultado da efetivação de mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. Nessa concepção, a região pode se assemelhar à concepção lablacheana. Mas para Correa (1986) há muitas diferenças:

Ela não tem nada da preconizada harmonia, não é *única* no sentido vidaliano ou hartshorniano, mas *particular*, ou seja, é a especificação de uma totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial.  
(CORREA, 1986)

A região, na perspectiva de Correa (1986), não seria simplesmente a combinação de elementos naturais e espaciais que se manifesta de maneira espontânea no espaço. Por isso, o autor quis estabelecer um limite tão claro. A região não seria uma releitura de La Blache ou Hartshorne. A região é a realização de um processo geral, universal, em quadro territorial menor, onde se combinam o geral – o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação.

Correa (1986) pensou em dois aspectos para conectar a Lei de desenvolvimento desigual e combinado com o conceito de região. O primeiro destes aspectos se refere à gênese e à difusão do processo de regionalização, e o segundo, aos mecanismos nos quais o processo realiza-se.

A gênese da regionalização, como processo de diferenciação, vincula-se à história do homem. As sociedades “primitivas” tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado, ou seja, processos internos de diferenciação. Alguns fenômenos externos às comunidades foram tornando-se gerais ao longo do tempo: aparecimento da divisão

social do trabalho, da propriedade de terra, dos meios e das técnicas de produção. Estes processos favoreceram a diferenciação intra e intergrupos.

Uma vez iniciada a difusão do processo de regionalização via contatos comerciais, migrações e conquistas, esta assume ritmos distintos, isto é, duração e intensidade que variam. Em determinados momentos e áreas, a regionalização dá-se com maior rapidez e profundidade: a diferenciação de áreas é aí mais notável. Simultaneamente, em outras áreas não ocorre este processo ou ele é extremamente lento.

É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XVI. Para Correa (1986) os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos sob a égide do capital. São eles:

- “a) a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;
  - b) o desenvolvimento dos meios e a combinação das relações técnicas de produção originadas em momentos distintos da história, que definem o como se realizará a produção;
  - c) a ação do Estado e da ideologia que se especializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
  - d) a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital”
- (1986, p. 24)

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, então, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas.

### **Considerações finais**

Empreendeu-se um movimento de pesquisar métodos regionais que conversem com as abordagens atuais dos objetos de ensino, que objetivam, em linhas gerais, o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Esse raciocínio não pode ser dissociado de perspectivas que visem a formação do pensamento crítico. Por isso, o foco na geografia crítica e em dois autores que discutem o método regional sob esse paradigma.

Tanto Aluizio Duarte quando Roberto Lobato Correa atribuem às forças do capital internacional as mudanças na estrutura dos espaços. Mas enquanto Aluizio Duarte pensa em uma identidade regional criada a partir de um movimento de resistência que altera a forma e conteúdo do espaço, Roberto Correa acredita que a diferenciação de áreas é possível sem que haja uma resposta deliberada e contínua dos agentes e setores econômicos.

Não há, entre as perspectivas apresentadas neste artigo, um método acabado e mais correto. Há aquele que se adequará, em termos de linguagem e conteúdo, às questões de pesquisa postas.

Mesmo no mundo globalizado, onde aceleram-se as mudanças na forma e no conteúdo dos espaços, o método regional não perde força. As regiões não são definidas como tal em função de sua forma e conteúdo. O que faz a região, como resultado do método regional, é sua coerência funcional e seu potencial analítico.

### **Referências bibliográficas**

CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Editora Ática: 2000.

DUARTE, Aloizio Duarte. *Regionalização - Considerações Metodológicas*. Boletim de Geografia Teórica. Rio. Claro, v. 10, nº 20, p. 5-32, 1980.

DUARTE, Aloizio Duarte. O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p.99-106, 1988.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. *Boletim Geográfico*, n.32. Rio de Janeiro, 1973.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *Etc..., espaço, tempo e crítica*. Nº 1(3), VOL. 1, 1º de junho de 2007, ISSN 1981-3732.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978,

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado* – São Paulo, Hucitec, 1996.